

REALE, Miguel. *Experiência e cultura*. Campinas: Bookseller,  
2000

Miguel Reale nasceu em São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, em 6 de novembro de 1910, filho do Dr. Braz Reale e de Felicidade Chiaradia Reale. Fez o curso primário em Itajubá, Minas Gerais, mudando-se, em seguida, para a cidade de São Paulo, onde estudou o secundário no Instituto Médio Dante Alighieri e, em seguida, frequentou a tradicional Faculdade de Direito da USP, que concluiu em 1934. Ocupou vários cargos da administração pública em São Paulo, inclusive o de Secretário da Justiça (em 1947 e pela segunda vez em 1964) e o de Reitor da USP (em 1949 e pela segunda vez em 1969). Desenvolveu intensa atividade política fundando em 1936 a revista mensal *Panorama* e o diário *Ação*. Fundou o *Instituto Brasileiro de Filosofia* e criou a *Revista Brasileira de Filosofia*, presidindo o primeiro desde 1949 e dirigindo a segunda desde 1951. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, presidente honorário da *International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy*, havendo obtido o título de Doutor *honoris causa* de doze universidades, dentre as quais as de Gênova, Lisboa e Coimbra.

O debate suscitado pela especificidade da Ética e da História no meio acadêmico ocorreu no início do século XX na Alemanha como parte da revisão do kantismo e deu origem à conhecida Escola de Baden. Hermann Cohen o grande representante daquele movimento não aprofundou o problema, questão que foi estudada por Emil Lask. Lamentavelmente Lask morreu na Iª Guerra Mundial, com cerca de 40 anos, deixando a questão a merecer maior aprofundamento. Nicolai Hartmann, substituto de Cohen em Marburgo não percebeu a extensão da contribuição de Lask e as deixou de lado. As idéias de Lask ficaram restritas ao âmbito do Direito, pois Gustav Radbruch escreveu um ensaio com base nas suas teses. Este texto foi estudado pelo jurista português Cabral de Moncada que transmitiu a problemática a Miguel Reale. Para resolver o assunto nosso filósofo construiu uma teoria para englobar uma terceira categoria de objetos (além dos materiais e ideais) denominados de objetos referidos a valores, tratando-os em separado. Reale

concluiu que os valores pensados historicamente formam a base da cultura. Este é o eixo do livro resenhado a seguir.

Em *Experiência e Cultura* Miguel Reale espera demonstrar que cultura é uma realização histórica que surge do processo contínuo de objetivações cognitivas e empíricas. Este processo constitui os limites dos ciclos culturais e faz com que cada época corresponda a uma ordenação hierárquica de valores, dessa forma, a cultura torna-se dimensão essencial do homem, influenciando no seu modo de conhecer. O transcendentalismo kantiano continha brechas que o culturalismo alemão não solucionou, conforme indicamos acima e que comprometiam o seu propósito de fundamentação geral das ciências. Para resolver o problema Miguel Reale formulou o criticismo ontognosiológico nos seguintes termos: “Torna-se necessário indicar ainda dois pontos que mais me parecem negativos: o primeiro refere-se à fratura ou abismo (para empregarmos aqui o substantivo usado por Kant no *Prefácio à Crítica do Juízo*) posto entre natureza e espírito, lei natural e liberdade, ser e dever ser, implicando uma separação radical e inadmissível entre a experiência natural e a experiência ética e, por via de consequência, entre ciências naturais e ciências humanas; o segundo diz respeito não só ao caráter puramente lógico-formal das condições transcendentais do conhecimento, como também ao artificialismo resultante da já apontada pretensão de prefigurar-se *a priori* uma tábua completa e exaustiva das formas e categorias” (p. 35).

Para Reale, o homem relaciona-se com objetos cuja compreensão não se resolve no seu interior. Ao admitir a condicionalidade histórica do sujeito cognoscente e a impossibilidade de premoldar as suas formas cognitivas, ele resignifica o real como objeto.

Dessa maneira, Reale entende que a forma de pensar de nosso tempo mostra-se na mudança do criticismo transcendental que preordena a realidade pelos esquemas perenes de um eu a-histórico em outro criticismo dinâmico, aberto e plurivalente. Se algo se perdeu com a noção de subjetividade isolada, muito se ganhou em relação à compreensão do real, pois a Filosofia fornece um entendimento da natureza que não se limita a cálculos algébricos ou estruturas lingüísticas.

Todo ato cognitivo pressupõe o sujeito cognoscente e algo que vem da cultura ou da natureza. “Considero algo, diz Reale, tudo que seja logicamente suscetível de tornar-se objeto de conhecimento ou de condicionar objetivamente o ato de conhecer. Algo não é pensável como objeto ou multiplicidade de objetos, mas é apenas suposto como objetividade em geral, ou seja, como algo para o qual logicamente converge o espírito como intencionalidade” (p. 47). Os objetos naturais e culturais exigem a adequação entre o pensamento e o que é pensado, ou seja, o ato de pensar pede algo diverso do pensamento em cujo sentido o pensamento se dirige intencionalmente.

O conhecimento humano é, portanto, ontognosiológico, porque o sujeito revela as determinações lógicas de algo. Nesse caso, a consciência intencional pode se valer de cada estrato da realidade cognoscível. Ele afirma: “O conhecimento depende, pois, de duas condições complementares: - um sujeito que necessária e intencionalmente se projeta no sentido de algo, visando a captá-lo e torná-lo seu; algo que já deve possuir necessariamente certa determinação ou consistência embrionária, certa estrutura objetiva virtual, sem a qual seria logicamente impossível tal captação” (p. 49).

O termo condicionalidade transcendental refere-se ao ato do espírito de captar as coisas como objeto. Para haver objetividade é necessário haver na consciência algo que assegure tal caráter. Vale ressaltar que transcendental refere-se ao plano da consciência. “Há na consciência mesma *condições de adaptação a algo* (condições objetivas) que não são menos essenciais ao conhecimento que as *condições subjetivas*, isto é, aquelas que são inerentes à consciência e insuscetíveis de sofrer quaisquer mutações em virtude da presença ou inserção de algo como objeto” (p. 49).

O sujeito não recebe a impressão das coisas passivamente, nem cria arbitrariamente o mundo. O conhecimento tem algo do espírito e algo do mundo numa relação fenomenológica que Reale denomina ontognosiológica. Ela é apresentada como “um estudo que se desenvolve partindo do princípio de que não é possível conhecer sem referências objetivas (algo que o espírito se põe como distinto dele, trazendo-o a si), mas isto não implica em ficar resolvido, *desde logo*, ou *a priori*, se o objeto, pressuposto pelo ato de conhecer, existe efetivamente em si (atitude realista clássica) ou, ao contrário, representa

apenas um momento do próprio pensamento (atitude idealista)” (p. 51). A Ontognosiologia propõe que o pensamento somente pode colocar estruturas lógicas em função de outras que são ônticas. A consciência intencional dá sentido aos elementos isolados inseridos na consciência.

Estabelecido como se dá o conhecimento é possível tratar dos valores. Para Reale, não se pode falar de Axiologia sem tratar também da Ontologia, pois ser e valor se relacionam graças à natureza nomotética da consciência já examinada por Kant. O princípio nomotético é essencial para se chegar ao problema do conhecimento, pois o conhecimento não é um ato apenas receptivo e reprodutor do espírito, ele indica o que há de comum em cada homem como consciência geral. Contudo esclarece o nosso filósofo: “a faculdade constitutiva do espírito enquanto nomotética, ou seja, enquanto doadora de sentido ao real, não implica, como no criticismo kantista, a admissão de um eu transcendental como estrutura puramente formal, mas, isto não obstante, capaz de impor seus esquemas à realidade” (p. 32).

O dado empírico é resultado de uma abstração criadora do sujeito, que se revela na filosofia positivista. Sujeito e dados são legítimos como momentos do processo global da objetivação cognoscitiva. “Ora, se positivar é historizar, e a história, no seu todo, é o homem e o que da natureza foi tornado humano, compreende-se que o processo empírico que deflui dos pressupostos ontognosiológicos é o processo historicocultural mesmo, insuscetível de ser reduzido a mero sistema lingüístico” (p. 98). Toda reflexão subjetiva tem uma dimensão histórica, pois quanto mais nos damos conta do eu, mais descobrimos o outro e quanto mais nos correlacionamos com os outros, mais reconhecemos os horizontes históricos presentes nesta relação.

Quanto ao princípio de complementaridade que aparece na relação entre o sujeito e o objeto ele não significa conciliação de contraditórios, como ocorre na dialética de Fichte e Hegel. É assim que Reale interpreta a idéia de complementaridade introduzida por Niels Bohr, no texto que se segue: “A dupla natureza corpuscular e ondulatória que tivemos de atribuir aos elementos da matéria levou-nos a pensar que uma mesma realidade se nos pode apresentar sob dois aspectos, que, a princípio, pareciam irreconciliáveis, mas que, na

realidade, nunca se encontram em conflito direto” (p. 147). Isto significa que os contrários se opõem totalmente e os contraditórios só se opõem parcialmente.

No plano lógico a oposição resulta de termos contrários, mas na vida prática não, observa Reale, pois na natureza podem aparecer elementos contrários, mas não contraditórios. Esses elementos contrários se relacionam dialeticamente pela complementaridade. “A dialeticidade do ato de conhecer é uma das razões da dialeticidade intrínseca do mundo da cultura” (p. 165). No conceito de complementaridade já está implícito o conceito de relação, anunciando a coimplicação dos elementos relacionados. Além da dinamicidade que provém das interações, há outra característica inerente à dialética da complementaridade: ela é sempre um ato de integração, de referência à totalidade de sentido.

Quanto aos valores eles aparecem independente do tipo de experiência. O valor está presente em cada ato cognitivo. A consciência valorativa não surge através de experiências isoladas e desarticuladas, ela está contida em um horizonte de referências. Em todos os domínios da experiência, tanto do *ser* como do *dever ser*, o ato valorativo está presente, operando na captação seletiva do real. “Desse modo, os valores desempenham o papel de dinamizadores do processo cultural, em geral, sendo *normativos* enquanto fontes de fins, ou motivos de agir, eis que o fim é o valor posto e reconhecido *racionalmente* como razão da conduta” (p. 176).

Por este motivo, Reale considera que a cultura não está entre a natureza e os valores, como acreditaram alguns culturalistas. Quando se diz que as ciências naturais são cegas para os valores, isso significa que o foco do matemático ou do físico não são os valores, indicando que eles miram um objeto distinto das ciências culturais, mas no ato cognitivo o valor está sempre presente.

O entendimento da questão fica mais claro quando se separam os valores dos objetos ideais e os relacionam com o *dever ser*. Afirma Reale: “Dessa nova colocação do problema resultou a compreensão da *objetividade* dos valores em termos de *concreção histórica* e, por via de conseqüência, o entendimento de que *os objetos culturais são enquanto devem ser*” (p. 186).

Segundo, Reale, a compreensão do ato ético incorpora um conteúdo axiológico, pois as verdades se afirmam na consciência cultural de nosso tempo. O que nos faz reconhecer a inviabilidade de uma Ética puramente formal como propôs Kant. Ele explica: “Está-se vendo que não ponho o problema ético *in abstracto*, mas na concreção do processo histórico, como *experiência ética*, partindo do reconhecimento de que a *consciência transcendental*, enquanto *consciência axiológica*, é a categoria constituinte do mundo histórico, cuja autonomia Vico foi o primeiro a ver com lucidez genial, pondo-a ao lado da outra experiência, a da natureza, cujas leis Bacon e Galileu procuravam plasmar servindo-se de instrumento lógico-matemático adequado à sua *explicação*” (p. 191).

As relações causais são objeto da ciência, as criações humanas que objetivam valores são objeto da cultura. A identidade ontológica de todos os homens aparece nesta afirmação: o homem é enquanto deve ser. Só damos conta dessa realidade através da história, mas ela é anterior a esta. “A pessoa é, pois, a raiz da história, porque é subjetividade e reconhecimento de subjetividade, o que quer dizer intersubjetividade” (p. 196).

Pode-se concluir, então, que pessoa é o homem mesmo, situado na história e considerado como um ser com valores vital e espiritual. Com isso, o eu toma consciência de si mesmo e dos outros e, pela liberdade, usufrui o benefício que o patrimônio científico e técnico oferece atendendo as exigências da vida e do espírito. “Existe entre *valor e liberdade* e *valor e vida* (tomado este termo na sua binada acepção material e espiritual) uma *complementaridade essencial* que se reflete e concretiza no valor da pessoa como mediador de sentidos entre o indivíduo e a sociedade, compondo a complexa e sempre renovada faina da história” (p. 196).

Para a vida ética é indispensável considerar o valor e a liberdade. Diz Reale: “Ainda, porém, que tal ideal jamais possa ser alcançado, é ele fonte inspiradora de nossa conduta sendo o espírito, a um só tempo, valor e liberdade, como é, a um só tempo, pensamento e ação” (p. 197). Martin Heidegger mostrou que toda compreensão significa, de certa forma, uma pré-compreensão, mesmo no conhecimento originário isso acontece, porque os dados imediatos já carregam consigo a simbolização da linguagem que adere às

coisas e são inseparáveis dela. Ora para Reale, como sabemos a correlação entre linguagem e cultura não pressupõe a redução desta a um sistema de sinais da comunicação social. Logo a experiência cultural só pode ter surgido juntamente com a experiência da linguagem, o que é revelado nos *mitos*, cuja raiz verbal designa a forte ligação entre falar, discorrer, fazer e pensar. Assim, as formas culturais têm como solo comum a linguagem, não havendo uma que seja modelo para as demais. O valor não se reduz a uma palavra, a um termo ou a estruturas com as quais expressamos os fatos culturais, mas, no momento em que correlacionamos linguagem e pensamento, mantemos a linguagem ligada ao valor.

Como avaliar estas contribuições de Reale para os problemas abertos pelo neokantismo? As noções de ontognosiologia e cultura que são nele apresentadas esclarecem a relação entre conhecimento e cultura. Para Reale, o culturalismo possui uma teoria do conhecimento que aproxima as condições transcendentais subjetivas, proclamadas por Kant, das objetivas, elaboradas por Husserl. Para Reale, “o conhecimento é em si subjetivo-objetivo, ou seja, ontognosiológico, envolvendo tanto o poder nomotético e constitutivo da consciência intencional quanto os dados hiléticos por ela captados” (p. 3). Entende, pois, que não há conhecimento ontológico puro, pois tal conhecimento seria do ser em si, quando a nossa possibilidade é abordar o ser enquanto pensado, como já dizia Kant. Trata-se de assunto inicialmente posto em *Filosofia do Direito* (1953) e que ele retoma em *Experiência e Cultura* para aprofundamento. Ele entende que esta posição está de acordo com a proposta fenomenológica para quem o conhecimento do homem e do mundo não se separam. Desde Husserl aprendemos a não pensar o que existe separado da nossa capacidade de fazê-lo, mas só isso não resume toda a contribuição de Reale. A sucessão dos atos ontognosiológicos no tempo forma uma história e se integra na cultura. Por isso, mostra-nos Reale, a cultura possui a mesma concreção e dialeticidade inerentes ao conhecimento, isto é, presentes no processo ontognosiológico.

*Ac. Marina Aparecida Madeira (Bolsista do PIBIC/ CNPq- UFSJ – São João del-Rei-MG)*  
*Orientador: Prof. Dr. José Mauricio de Carvalho (UFSJ)*